



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

1 A discussão sobre “centro” e “periferia” no pensamento brasileiro vincula-se a elaborações que se dão num âmbito mais amplo, latino-americano. O primeiro locus importante onde se procura interpretar a relação

5 entre esses dois polos é a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada pouco depois da Segunda Guerra Mundial, em 1947.

É possível encontrar antecedentes a esse tipo de análise na teoria do imperialismo. No entanto, a elaboração anterior à CEPAL preocupava-se principalmente com os países capitalistas avançados, interessando-se pelos países “atrasados” na medida em que desenvolvimentos ocorridos neles repercutissem para além deles.

10

15 Também certos latino-americanos, como o brasileiro Caio Prado Jr., o trinidadense Eric Williams e o argentino Sérgio Bagu, haviam chamado a atenção para a vinculação, desde a colônia, da sua região com o capitalismo mundial. Não chegaram, contudo, a desenvolver tal percepção de maneira mais sistemática.

20

Já no segundo pós-guerra, ganha impulso uma linha de reflexão que sublinha a diferença entre centro e periferia, ao mesmo tempo que enfatiza a ligação entre os dois polos. Na verdade, a maior parte das teorias sociais, econômicas e políticas, apesar de terem sido elaboradas de forma ligada às condições particulares dos países desenvolvidos do Atlântico Norte, as tomava como tendo validade universal. Assim, o marxismo, a teoria da modernização e a economia neoclássica tendiam a considerar que os mesmos caminhos seguidos pelas sociedades em que foram formulados teriam que ser trilhados pelo resto do mundo, “atrasado”.

25

30

(RICUPERO, Bernardo. “O lugar do centro e da periferia”. In: **Agenda brasileira:** temas de uma sociedade em mudança. André Botelho e Lília Moritz Schwarcz (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 94)

1. No texto, o autor

- (A) propõe a reformulação de dois conceitos importantes no pensamento brasileiro – o “centro” e a “periferia” –, tecendo reflexão que admite recuperar as apresentadas nas últimas décadas por teorias sociais, econômicas e políticas.
- (B) reconhece o pioneirismo da teoria do imperialismo no que se refere à análise do diálogo entre “centro” e “periferia”, identificando nela a desejável equanimidade no valor atribuído a cada um dos polos.
- (C) correlaciona a temática do “centro” à da “periferia”, e, construindo relação homóloga, obriga-se a estabelecer também correlação entre o pensamento brasileiro e o latino-americano.
- (D) está interessado em caracterizar o pensamento brasileiro no que se refere ao exame das relações entre “centro” e “periferia”, o que não o dispensou de citar linhas interpretativas do tema que se aproximam desse pensamento e as restrições que faz a elas.
- (E) historia cronologicamente o caminho percorrido pelo pensamento latino-americano desde o início das discussões sobre “centro” e “periferia” até o momento em que se fixa na determinação das diferenças entre os dois conceitos.

2. É possível encontrar antecedentes a esse tipo de análise na teoria do imperialismo. No entanto, a elaboração anterior à CEPAL preocupava-se principalmente com os países capitalistas avançados, interessando-se pelos países “atrasados” na medida em que desenvolvimentos ocorridos neles repercutissem para além deles.

Considerado o trecho acima transcrito, é correto afirmar:

- (A) A possibilidade referida na frase inicial é descartada, como o comprova o fato de, na segunda frase, nada mais se abordar do assunto mencionado.
- (B) Observado que ocorrem aspas em países “atrasados” e que não são usadas em países capitalistas avançados, conclui-se que o autor as emprega para relevar seu julgamento quanto aos países que se defrontam com os países capitalistas avançados.
- (C) O emprego de *principalmente* sinaliza que a *elaboração anterior à CEPAL* tinha sua atenção dirigida a países com distintos graus de desenvolvimento.
- (D) A clareza do texto exige o entendimento de que os segmentos os *países capitalistas avançados* e (*pelos* países “atrasados”) são retomados, na última linha, respectivamente, por *deles* e *neles*.
- (E) O sinal gráfico indicativo da crase está adequadamente empregado em *à CEPAL*, mas se, em vez de *Comissão*, tivesse sido empregada uma palavra masculina, o padrão culto escrito abonaria unicamente o emprego de **a**.

3. O texto legitima o seguinte comentário:

- (A) (linhas 15 a 17) se a caracterização de *Caio Prado Jr.*, *Eric Williams* e *Sérgio Bagu* fosse eliminada, a argumentação não perderia intensidade, pois eles são citados meramente como exemplos.
- (B) (linha 18) no segmento *da sua região*, o pronome remete às regiões indicadas tanto pelos adjetivos pátrios específicos, quanto pelo adjetivo pátrio que reporta ao processo de colonização.
- (C) (linha 20) a expressão *tal percepção* evidencia que se nega a *Caio Prado Jr.*, *Eric Williams* e *Sérgio Bagu* a categoria de pensadores, dado que não se reconhece alguma organização intelectual na intuição que tiveram.
- (D) (linhas 21 a 24) o segmento *ganha impulso uma linha de reflexão que sublinha a diferença entre centro e periferia, ao mesmo tempo que enfatiza a ligação entre os dois polos* exprime a evolução simultânea de duas ações opostas, uma de desvalorização, outra de valorização.
- (E) (linha 24) A expressão *Na verdade* introduz esclarecimento acerca das teorias citadas, indicando com precisão que elas se preocupam com a universalidade, e não exatamente com a questão do centro e da periferia.

4. A única afirmação INCORRETA sobre a forma transcrita do texto é:

- (A) (linha 2) *vincula-se* / o tempo e o modo verbais indicam que a ideia é tomada como verdadeira.
- (B) (linha 10) *preocupava-se* / a forma verbal designa que o fato é concebido como contínuo.
- (C) (linha 11) *interessando-se* / esse gerúndio, colocado depois do verbo principal – *preocupava-se* –, indica uma ação simultânea ou posterior, e pode ser legitimamente considerado equivalente a “e interessava-se”.
- (D) (linha 13) *repercutissem* / essa forma subjuntiva enuncia a ação do verbo como eventual.
- (E) (linha 31) *teriam* / constitui forma polida de presente, atenuando a ideia de obrigação ou dever.



Atenção: As questões de números 5 a 11 referem-se ao texto abaixo.

1 *Há 40 anos, a mais célebre crítica de cinema dos Estados Unidos, Pauline Kael (1919-2001), publicava seu artigo mais famoso. Era um detalhado estudo sobre “Cidadão Kane” (1941), espertamente intitulado “Raising Kane” (trocadilho com a expressão “to raise Cain”, que*
5 *significa algo como “gerar reações inflamadas”).*

No texto – que integra a coletânea “Criando Kane e Outros Ensaios”, publicada no Brasil em 2000 –, Pauline defendia que o roteirista Herman J. Mankiewicz
10 *era a força criativa por trás do filme, mais importante até que o diretor, Orson Welles (1915-85). Ela queria fazer justiça a Mankiewicz, que caíra em esquecimento, enquanto Welles entrara para a história com a*
15 *reputação de gênio maldito, frequentemente reivindicando para si as principais qualidades de “Kane” e a coautoria do roteiro – embora Pauline jurasse que Welles não escrevera nem sequer uma linha do script.*

Independentemente do quanto de justiça e verdade
20 *testado na época), surge agora evidências de que a própria Pauline atuou de modo tão pouco ético como ela acusava Welles de ter agido. A crítica teria baseado o seu artigo nos estudos realizados por outra pessoa –*
25 *Howard Suber, pesquisador da UCLA (Universidade da Califórnia, em Los Angeles), que colaborou com Pauline, mas que, por fim, não foi sequer mencionado no texto final.*

(Bruno Ghetti. “Méritos de Pauline: o retrato de uma crítica”. **Folha de S. Paulo**, ilustríssima, cinema, domingo, 11 de dez. de 2011. p. 6)

5. No excerto, o autor, crítico de cinema,
- (A) faz referência a dados biográficos e a específico artigo de *Pauline Kael*, também crítica de cinema, com o objetivo de produzir um tributo à trajetória da americana.
- (B) esquadrinha a composição de coletânea sobre específica criação de *Orson Welles*, em que se inclui célebre artigo de crítica de cinema americana.
- (C) faz reparo, em função de direito suposto, a atitude de *Pauline Kael*, considerando-a comportamento antiético e apenável.
- (D) resguarda-se de julgar o mérito do artigo de *Pauline Kael* sobre “Cidadão Kane”, não sem, entretanto, atribuir à crítica a malícia de provocar com ele afevorados movimentos de opinião.
- (E) dá ciência do comportamento de *Pauline Kael*, há décadas, quando escreveu sobre *Orson Welles*, e legitima tanto a defesa que ela fazia do roteirista Herman J. Mankiewicz, quanto a reputação de gênio maldito de que o diretor gozava.

6. *Há 40 anos, a mais célebre crítica de cinema dos Estados Unidos, Pauline Kael (1919-2001), publicava seu artigo mais famoso.*

Considerado o acima transcrito, é correto afirmar:

- (A) Na frase, há duas informações prestadas de modo subentendido.
- (B) Se em vez de *Há 40 anos* fosse outra a formulação, esta estaria correta: “Devem fazer uns 40 anos”.
- (C) Se *Há 40 anos* fosse deslocado para o fim da frase, não haveria alteração de sentido, pois o contexto não contém contraponto que justificasse ter sido dado relevo ao segmento por meio de sua colocação no início do enunciado.
- (D) Considerados (I) *a mais célebre crítica de cinema dos Estados Unidos* e (II) *seu artigo mais famoso*, a ausência, em II, do determinante destacado em I sinaliza que, numa dada escala, I ocupa lugar significativamente mais elevado do que o lugar ocupado por II.
- (E) A forma verbal *publicava* foi empregada para denotar uma ação passada habitual ou repetida.

7. Considerado o segundo parágrafo, é correto afirmar:

- (A) (linha 9) O padrão culto escrito legitima tanto a forma *defendia que*, como a forma “defendia de que”.
- (B) (linha 10) O emprego de *até* denota que, considerada uma gradação, se tem a expectativa de que a força criativa de maior grandeza seja a do diretor do filme.
- (C) (linha 11) Substituindo *Ela queria fazer* por “Ela tensionava fazer”, o sentido e a correção originais estariam preservados.
- (D) (linha 13) A expressão *entrara para a história* estaria corretamente substituída por “passou a figurar no conjunto de conhecimentos relativos ao passado do cinema e sua evolução”.
- (E) (linha 14) A ideia negativa presente na caracterização de *gênio (gênio maldito)* está também marcada na palavra *reputação*.

8. *Ela queria fazer justiça a Mankiewicz, que caíra em esquecimento, enquanto Welles entrara para a história com a reputação de gênio maldito, frequentemente reivindicando para si as principais qualidades de “Kane” e a coautoria do roteiro – embora Pauline jurasse que Welles não escrevera nem sequer uma linha do script.*

Outra redação para o trecho destacado, que preserva o sentido e a correção originais, é:

- (A) a despeito de Pauline jurar que Welles não tinha escrito nem ao menos uma linha do script.
- (B) apesar de Pauline negar a Welles o mérito de escrever mais do que uma linha do script.
- (C) não obstante Pauline jurava que Welles não tinha escrito nem sequer uma linha do script.
- (D) mesmo tendo sabido que Pauline jurou: “Welles não escreve ainda que seja uma linha do script”.
- (E) apesar da crítica Pauline jurar que Welles não escrevia pelo menos uma linha do script.



9. *Independentemente do quanto de justiça e veracidade "Raising Kane" trazia (o artigo foi bastante contestado na época), surgem agora evidências de que a própria Pauline atuou de modo tão pouco ético como ela acusava Welles de ter agido. A crítica teria baseado o seu artigo nos estudos realizados por outra pessoa – Howard Suber, pesquisador da UCLA (Universidade da Califórnia, em Los Angeles), que colaborou com Pauline, mas que, por fim, não foi sequer mencionado no texto final.*

Afirma-se com correção sobre o acima transcrito:

- (A) Os parênteses em (o artigo foi bastante contestado na época) acolhem a razão da ressalva expressa anteriormente.
- (B) *Independentemente do quanto de justiça e veracidade "Raising Kane" trazia* equivale à forma correta "Independente que "Raising Kane" tivesse de justiça e verdade".
- (C) Entende-se corretamente que a palavra *agora* remete ao exato instante em que o leitor realiza a leitura do texto.
- (D) O emprego de *teria* em *teria baseado* sinaliza a presença de uma hipótese que, pelo contexto, é improvável.
- (E) Em *surgem agora evidências de que*, o emprego do segmento destacado é determinado pelo verbo presente na frase.

10. Há 40 anos, a mais célebre crítica de cinema dos Estados Unidos, Pauline Kael (1919-2001), publicava seu artigo mais famoso.

Transpondo a frase destacada para a voz passiva, a forma verbal encontrada é:

- (A) publicaram.
- (B) havia sido publicado.
- (C) publicou-se.
- (D) tinha publicado.
- (E) era publicado.
11. Considere os itens abaixo. Em cada um deles, encontram-se a transcrição de um segmento do texto e o mesmo segmento pontuado de maneira diferente da original.

I. (linhas 14 a 16) *frequentemente reivindicando para si as principais qualidades de "Kane" e a coautoria do roteiro / frequentemente reivindicando, para si, as principais qualidades de "Kane" e a coautoria do roteiro*

II. (linhas 18 a 20) *Independentemente do quanto de justiça e veracidade "Raising Kane" trazia (o artigo foi bastante contestado na época), / Independentemente do quanto de justiça e veracidade "Raising Kane" trazia – o artigo foi bastante contestado na época –*

III. (linhas 20 a 22) *surgem agora evidências de que a própria Pauline atuou de modo tão pouco ético como ela acusava Welles de ter agido. / surgem agora, evidências de que a própria Pauline atuou de modo tão pouco ético como ela acusava Welles de ter agido.*

O padrão culto escrito abona a nova pontuação de

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

12. A frase correta do ponto de vista da grafia é:

- (A) Era grande a insidência de casos de enjoo quando era servido aquele alimento, por isso o episódio não foi tratado como exceção, atitude que garantiu o êxito das providências.
- (B) Em meio a tanta opulência da mansão leiloada, encontrou a geringonça que, tratada criativamente por ele, garantiu por anos seu apoio a entidades beneficentes.
- (C) Seus gestos desarmônicos às vezes eram mal compreendidos, mas seu jeito afável de falar, sem resquícios de mágoa, revelava sua intenção de restabelecer a paz entre os familiares.
- (D) Defendeu-se dizendo que nunca pretendeu axincalhar ninguém, mas as suas caçoadas realmente humilhavam e incitavam à malediscência.
- (E) Sempre ansiosos, desenrolaram no saguão apinhado a faixa com que brindavam os recém-formados, com os seguintes dizeres: "Viagem bastante e divirtam-se, nobres doutores".

13. Considerado o padrão culto escrito, a frase que NÃO exige correção é:

- (A) No memorial do professor está registrado que ingressou para a universidade em idade inferior à determinada pela lei.
- (B) O fato que o acusado se recusa a dar detalhes é o que mais pesará na decisão dos jurados.
- (C) O movimento que me filiei nos anos 70 foi grandemente responsável pela renovação da pintura no Brasil.
- (D) Esta é, enfim, a parca remuneração da qual arco totalmente com as despesas da casa.
- (E) Os valores por que tantos lutaram e morreram não serão jamais esquecidos, pois nossa geração se dedicará a lembrá-los a cada passo.

14. A frase construída em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Qualquer que sejam os motivos alegados pela comissão para justificar o atraso, lhes devem ser repassadas as anotações acerca dos itens em que houve perda do prazo de entrega anteriormente acordado.
- (B) Demos a eles a notícia que mais almejam e passemos nosso olhar sobre seus semblantes: o que veremos surpreenderá, pois será muito mais do que alguém possa supor.
- (C) O empreiteiro jura que reconstrói a laje danificada em poucos dias, mas existe, na avaliação do engenheiro e do arquiteto, sérias dúvidas quanto à possibilidade de isso ser possível.
- (D) Pelo que tudo indica, os responsáveis pela empresa não de questionar a advertência que lhes foi feita pelo setor de cobranças, que, durante dias, os procurou para tratar do assunto em pendência.
- (E) Registram-se em livros de história que aqueles artesãos eram bastante hábeis com as ferramentas que eles mesmo produziam, o que lhes garantiu a fama de burilar com criatividade qualquer tipo de material.



15. A frase que respeita o padrão culto escrito é:

- (A) Tudo que fizeram afim de angariar a simpatia do diretor pela proposta não deu bons frutos, por isso não lhes restaram, conforme estavam todos de acordo, outra idéia a não ser agregar valor ao projeto inicial.
- (B) Os jornalistas não creem que existam documentos espúrios em meio àqueles já examinados, e isso por que já haviam feito cuidadosa checagem, todavia, a transparência impondo, voltarão a tarefa de imediato.
- (C) A questão ficou cada vez mais descaracterizada quando, logo depois da visita o antropólogo defendeu que aquelas dificuldades não se restringiam para as nações indígenas daquela região, sendo mais universal.
- (D) A manutenção e apoio ao grupo de escoteiros dependem dele aceitar a contrapartida dos empresários, que não é, aliás, nada abuso, visto que eles executam as tarefas solicitadas cotidianamente, sem desgaste exaustivo.
- (E) Não obstante a grande aprovação recebida pelos candidatos da legenda, não se ignora que, se não revirem suas plataformas, cujas bases têm fragilidades que só há pouco os analistas expuseram, sairão lesados em futuro bem próximo.

Noções de Informática

16. No *Windows XP*, sempre que um programa, pasta ou um arquivo é aberto, ele aparece na tela em uma caixa ou moldura chamada janela e, um botão associado a essa janela é criado na barra de tarefas. Para selecionar a janela corrente, basta clicar no botão correspondente na barra de tarefas. A alternância entre a última janela aberta e a janela corrente é possível por um atalho de teclado, pressionando-se simultaneamente as teclas

- (A) ALT e TAB.
- (B) CTRL e ALT.
- (C) CTRL e SHIFT.
- (D) SHIFT e DEL.
- (E) CTRL, ALT e DEL.

17. Sobre o *Firewall* do *Windows XP*, considere:

- I. É um recurso para ajudar a impedir que *hackers* ou *softwares* mal-intencionados obtenham acesso ao seu computador através de uma rede ou da Internet.
- II. Pode impedir, quando corretamente configurada, que o computador envie *software* mal-intencionado para outros computadores.
- III. Pode analisar o conteúdo de mensagens enviadas por uma rede local e bloqueá-las, caso partes da mensagem apresentem conteúdo nocivo.

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

18. Devido ao modo de armazenamento do histórico de acesso em navegadores, é possível para diferentes usuários acessando um mesmo computador visualizar e até utilizar informações de outro usuário deste histórico ou arquivos armazenados pelos navegadores (*Cookies*). No *Internet Explorer 9* é possível navegar de forma privada onde não será mantido o histórico de navegação por uso do modo *InPrivate*. Uma das maneiras de iniciar a navegação nesse modo é clicar no botão

- (A) Arquivo, clicar na opção Segurança e clicar em *InPrivate*.
- (B) Segurança e clicar em Modo de Compatibilidade.
- (C) Arquivo e clicar em *InPrivate*.
- (D) Modo de Compatibilidade e clicar em Navegação *InPrivate*.
- (E) Nova Guia e, no corpo da página, clicar em Navegação *InPrivate*.

19. Sobre o Sistema Operacional *Windows XP*, considere:

- I. No *Windows Explorer* é possível criar atalhos para arquivos em sua área de trabalho ao clicar com o botão direito do mouse sobre o arquivo desejado e escolher a opção **Enviar para** e em seguida **Área de Trabalho**.
- II. Além de adicionar atalhos à área de trabalho, também é possível adicionar atalhos ao menu Iniciar. Os atalhos para os arquivos favoritos podem aparecer ao lado dos programas.
- III. Os atalhos incluem uma imagem chamada de ícone, que pode ajudá-lo a localizar o programa ou arquivo com mais rapidez. Quando você altera o tema do *Windows*, o novo tema pode incluir um conjunto de ícones personalizados que complementam a aparência da nova área de trabalho.
- IV. Os atalhos são *links* para programas, documentos, arquivos ou *sites*. Em vez de pesquisar pastas ou a Internet sempre que você quiser abrir um arquivo ou um *site* em particular, basta criar um atalho.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

20. Com a utilização do editor *Microsoft Word* é possível proteger arquivos com senhas, definindo a permissão de acesso ao arquivo, para modificação ou somente leitura. Para proteger um arquivo no *Word*, em sua versão 2010, é possível entrar no menu

- (A) Editar, clicar em Segurança e em seguida Proteger Arquivo.
- (B) Editar, clicar em Exportar e selecionar a caixa de checagem de Exportar com Senha.
- (C) Arquivo, clicar em Informações e em seguida Proteger Documento e definir o modo de proteção do arquivo.
- (D) Formatar, clicar em Propriedades e em seguida escolher Proteção.
- (E) Inserir, e clicar em Senha de Proteção.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Nos termos da Constituição da República, caberá recurso das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais quando

- (A) forem proferidas contra disposição expressa da Constituição, sendo irrecorríveis as que se referirem à aplicação de lei.
- (B) ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.
- (C) versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais, estaduais ou municipais.
- (D) anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais.
- (E) denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança, ou concederem *habeas data* ou mandado de injunção.

22. Considere os seguintes dispositivos da Lei Federal nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo:

Art. 21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Considerada a disciplina constitucional da matéria, tem-se que o disposto no artigo

- (A) 21 é incompatível com a Constituição da República, ao exigir que o mandado de segurança coletivo tenha por objeto a defesa de direito líquido e certo, o que somente se aplica ao mandado de segurança individual.
- (B) 21 é incompatível com a Constituição da República, pois promove uma restrição no rol de legitimados para a propositura do mandado de segurança coletivo, ao exigir das associações tempo mínimo de constituição e funcionamento, além de pertinência temática.
- (C) 23 é incompatível com a Constituição da República, na medida em que impede a impetração de mandado de segurança em caráter preventivo, assim como é inconstitucional a exigência do artigo 21 de o partido político ter representação no Congresso Nacional para estar legitimado à propositura de mandado de segurança coletivo.
- (D) 23 é incompatível com a garantia constitucional do mandado de segurança, que não pode se sujeitar a prazo decadencial.
- (E) 21 é compatível com a Constituição da República, no que se refere à exigência de tempo mínimo de constituição e funcionamento de associações para a propositura de mandado de segurança coletivo, assim como é constitucional a fixação de prazo de decadência para impetração de mandado de segurança, pelo artigo 23.

23. A Constituição da República estabelece igualmente para membros do Poder Judiciário e do Ministério Público que

- (A) os integrantes das carreiras deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do Tribunal.
- (B) a vitaliciedade será adquirida após dois anos de exercício da função, dependendo a perda do cargo, inclusive nesse período, de sentença judicial transitada em julgado.
- (C) o exercício da advocacia no juízo ou Tribunal do qual se afastaram é vedado antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (D) o exercício de atividade político-partidária é proibido, salvo exceções previstas em lei.
- (E) o ato de remoção por interesse público será fundado em decisão do órgão colegiado competente, pelo voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.

24. Em outubro de 2011, ao apreciar Recurso Extraordinário em que se discutia a constitucionalidade da exigência formulada em lei federal de aprovação em exame da Ordem dos Advogados do Brasil para exercício da profissão de advogado, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que referido exame tem por fim assegurar que atividades de risco sejam desempenhadas por pessoas com conhecimento técnico suficiente, para evitar danos à coletividade. No julgamento, salientou-se que, quanto mais arriscada a atividade, maior o espaço de conformação deferido ao Poder Público; sob essa ótica, o exercício da advocacia sem a capacidade técnica necessária afeta tanto o cliente, indivíduo, como a coletividade, pois denega Justiça, a qual é pressuposto da paz social.

Nesse caso, o STF

- (A) reconheceu a eficácia limitada da norma constitucional que assegura a liberdade profissional, sujeitando seu exercício à autorização prévia do Poder Público.
- (B) exerceu interpretação criativa e extrapolou o papel de guardião da Constituição, uma vez que se substituiu ao legislador, ao analisar o mérito da exigência legal.
- (C) deu à exigência legal interpretação conforme à Constituição, para o fim de excluir do alcance da norma a possibilidade de exercício profissional sem a prévia aprovação em avaliação promovida pelo Poder Público.
- (D) procedeu à interpretação teleológica da norma constitucional segundo a qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (E) restringiu o alcance da norma constitucional segundo a qual o advogado é indispensável à administração da Justiça, ao condicionar o exercício profissional à aprovação prévia em avaliação promovida pelo Poder Público.



25. Considere as seguintes afirmações sobre o exercício de cargos, empregos e funções públicas na Administração Pública brasileira:

- I. Cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei, ressalvados os casos em que a Constituição da República exige a nacionalidade brasileira originária para esse fim.
- II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- III. A não observância do prazo de validade de concurso público, conforme previsto na Constituição, acarreta a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

À luz da disciplina constitucional da matéria, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

26. Em 4 de junho de 2010, foi promulgada a Lei Complementar nº 135, que, alterando parcialmente legislação preexistente, estabeleceu hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em março de 2011, por maioria de votos, deu provimento a recurso extraordinário, interposto em face de decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que indeferiu o registro de candidatura do recorrente ao cargo de deputado estadual nas eleições de 2010, para o fim de reconhecer que as alterações efetuadas pela lei em questão não se aplicariam às eleições gerais daquele ano.

A esse respeito, considere as seguintes afirmações:

- I. O Supremo Tribunal Federal invadiu competência do Tribunal Superior Eleitoral, cujas decisões em matéria de direito eleitoral são irrecuráveis, por expressa determinação constitucional.
- II. A decisão do Supremo Tribunal Federal não poderia ter gerado efeitos sobre as eleições gerais já realizadas, em decorrência do princípio constitucional da irretroatividade em face do ato jurídico perfeito e da coisa julgada.
- III. A decisão do Supremo Tribunal Federal fez prevalecer o princípio constitucional da anterioridade eleitoral, segundo o qual a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) II e III.

Direito Eleitoral

27. João foi diplomado Vereador. O Ministério Público Eleitoral interpôs recurso contra a diplomação, alegando errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional. Nesse caso,

- (A) o partido político a que João pertencer deverá integrar a lide na condição de litisconsorte passivo necessário.
- (B) o recurso contra a diplomação só pode ser interposto por candidato prejudicado pela errônea interpretação da lei quanto ao sistema de representação proporcional.
- (C) não cabe recurso contra a diplomação, pois a matéria deveria ter sido suscitada quando da divulgação do resultado das eleições.
- (D) o recurso contra a diplomação só pode ser interposto por outro partido político ou coligação prejudicado pela errônea interpretação da lei quanto ao sistema de representação proporcional.
- (E) todos os partidos políticos deverão integrar a lide na condição de litisconsortes passivos necessários, por tratar-se de questão relativa ao sistema de representação proporcional.

28. Paulo é servidor público federal e foi removido para cidade de outro Estado da Federação. A transferência do domicílio eleitoral no prazo estabelecido pela legislação vigente só será admitida se Paulo

- (A) demonstrar o transcurso de, pelo menos, seis meses do alistamento ou da última transferência.
- (B) estiver quite com a Justiça Eleitoral.
- (C) declarar, sob as penas da lei, residência mínima de três meses no novo domicílio.
- (D) demonstrar o transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
- (E) provar residência mínima de seis meses no novo domicílio.

29. Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de

- (A) eleitores pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.
- (B) votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas pelo número de candidatos pelas mesmas registrados.
- (C) votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.
- (D) votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação de partidos pelo número de lugares a preencher, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.
- (E) eleitores pelo número de votos válidos em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.



30. Maria é advogada. Ana é professora. Luiz é investigador de polícia. Pedro pertence ao serviço eleitoral. No que concerne às Mesas Receptoras, somente poderão ser nomeados mesários
- (A) Maria e Ana.
(B) Luiz e Pedro.
(C) Maria e Pedro.
(D) Ana e Pedro.
(E) Maria e Luiz.
31. Em exame da prestação de contas anual do partido Gama, foi constatado o recebimento de recursos de origem não esclarecida. Nesse caso,
- (A) o partido será punido com multa igual ao valor dos recursos e terá suas atividades suspensas até que o esclarecimento seja feito.
(B) o partido será punido com multa igual ao dobro do valor dos recursos de origem não esclarecida.
(C) ficará suspenso o recebimento pelo partido das quotas do Fundo Partidário por um ano.
(D) ficará suspenso o recebimento pelo partido das quotas do Fundo Partidário até que o esclarecimento seja aceito pela Justiça Eleitoral.
(E) ficará suspenso o recebimento das quotas do Fundo Partidário por dois anos e o partido será punido com multa de dez salários mínimos.
32. A respeito dos crimes eleitorais, considere:
- I. Abandonar o serviço eleitoral, mesmo por justa causa.
II. Oferecer dinheiro para conseguir abstenção, ainda que a oferta não seja aceita.
III. Usar de grave ameaça para coagir alguém a votar em determinado partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos.
IV. Intervir o Juiz Eleitoral no funcionamento da Mesa Receptora.
- Constituem crimes eleitorais as condutas descritas APENAS em
- (A) I e IV.
(B) II e III.
(C) II e IV.
(D) III e IV.
(E) I, II e III.
33. João é esportista e candidatou-se por seu partido ao cargo de Deputado Estadual. Dois meses antes das eleições, foi convidado para a inauguração de obra pública relevante para a sua atividade profissional. Consultou o advogado de seu partido que lhe respondeu que o comparecimento à inauguração de obras públicas nos três meses que antecedem as eleições é vedado
- (A) somente a candidatos a eleições municipais.
(B) apenas a candidatos a cargos do Poder Executivo.
(C) somente a candidatos a cargos do Poder Legislativo.
(D) apenas a agentes públicos em campanha eleitoral para qualquer cargo eletivo.
(E) a qualquer candidato.

Direito Administrativo

34. De acordo com Maria Sylvia Zanella di Pietro, o poder regulamentar é uma das formas de expressão da competência normativa da Administração Pública. Referido poder regulamentar, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) é competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, que também pode editar decretos autônomos, nos casos previstos.
(B) admite apenas a edição de decretos executivos, complementares à lei.
(C) compreende a edição de decretos regulamentares autônomos sempre que houver lacuna na lei.
(D) admite a delegação da competência originária em caráter geral e definitivo.
(E) compreende a edição de decretos autônomos e regulamentares, quando houver lacuna na lei.
35. Considerando que sejam atributos do poder de polícia a discricionariedade, a coercibilidade e a autoexecutoriedade, da qual são desdobramentos a exigibilidade e a executoriedade, é correto afirmar:
- (A) A discricionariedade está presente em todos os atos emanados do poder de polícia.
(B) A exigibilidade compreende a necessidade de provocação judicial para adoção de medidas de polícia.
(C) A autoexecutoriedade prescinde da coercibilidade, que pode ou não estar presente nos atos de polícia.
(D) A coercibilidade traduz-se na caracterização do ato de polícia como sendo uma atividade negativa, na medida em que se presta a limitar a atuação do particular.
(E) O poder de polícia pode ser exercido por meio de atos vinculados ou de atos discricionários, neste caso quando houver certa margem de apreciação deixada pela lei.
36. Determinada Secretaria de Estado autuou processo administrativo para formalizar a aquisição de equipamentos fornecidos por produtor exclusivo, hipótese que se enquadrava em inexigibilidade de licitação. Efetuada a compra, por ocasião de regular fiscalização do contrato, verificou-se que não foi providenciada a ratificação da inexigibilidade de licitação e a respectiva publicação no Diário Oficial. De acordo com a Lei nº 8.666/93, o ato é
- (A) regular, uma vez que a ratificação e a publicação da inexigibilidade no Diário Oficial visam apenas a atender o princípio da publicidade.
(B) ineficaz, na medida em que o ato de ratificação da inexigibilidade e sua respectiva publicação no Diário Oficial constituem condição para a eficácia do ato.
(C) eficaz, na medida em que a exigência de ratificação e respectiva publicação do ato no Diário Oficial são necessários apenas em caso de dispensa de licitação.
(D) irregular, tendo em vista que a inexigibilidade de licitação deve ser declarada ao final do certame que deve ser realizado.
(E) regularizável, caso a autoridade fiscalizadora ratifique a inexigibilidade, suprimindo a ausência do ato.



37. Durante uma perseguição a suspeitos, uma viatura policial estadual avançou o sinal vermelho e colidiu com outro veículo, particular, causando danos de grande monta e também lesões corporais nos integrantes do veículo. Nessa hipótese, com base na Constituição Federal e com as informações constantes deste preâmbulo, o Estado
- (A) responde apenas subjetivamente, desde que haja culpa do agente público, uma vez que este estava no regular desempenho de sua função.
- (B) responde subjetivamente pelos danos sofridos pelos particulares, desde que reste comprovada negligência do condutor da viatura.
- (C) responde objetivamente pelos danos sofridos pelos particulares, cabendo direito de regresso contra o condutor da viatura na hipótese de ser comprovada culpa ou dolo.
- (D) responde subjetivamente, caso seja demonstrado o nexo de causalidade, e o servidor responde objetivamente pelos danos causados.
- (E) e o servidor respondem objetivamente, uma vez que avançar sinal vermelho significa negligência de natureza gravíssima.

38. A Lei nº 8.666/93 prevê a possibilidade de rescisão unilateral do contrato administrativo pela administração pública. Segundo essa Lei, ao particular é assegurado
- (A) a faculdade de rescindir o contrato unilateralmente no caso de inadimplemento da administração pública, ainda que se trate de serviço público essencial.
- (B) o poder de paralisar a execução do contrato sem qualquer penalidade, independentemente de provocação administrativa ou judicial, ainda que se trate de serviço público essencial, no caso de infringência, por parte da administração, de cláusula contratual.
- (C) a suspensão de suas obrigações contratuais no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela administração pública em decorrência de serviços já executados.
- (D) o desfazimento dos serviços já executados, caso seja materialmente possível, e a rescisão unilateral da avença.
- (E) poder de requerer administrativamente a rescisão unilateral e o pagamento de indenização pelos serviços já executados, caso não seja possível o desfazimento material dos mesmos e o retorno ao *status quo ante*.

39. Determinado ente público locou um imóvel para instalar suas atividades. Contratou, regularmente, obras de reforma para adequação do prédio ao fluxo das pessoas atendidas. Durante a execução das referidas obras identificou-se que seria necessário aditar o contrato em 35% (trinta e cinco por cento) do valor inicial.
- Nesse caso,
- (A) o contratado fica desobrigado de aceitar o acréscimo, tendo em vista que excedeu o limite de 25% legalmente previsto para majoração do contrato.
- (B) a administração pública deverá realizar nova licitação para contratar o acréscimo de serviços identificado, visto não ser legal a majoração do contrato original em montante superior a 25%.
- (C) a administração deverá aditar o contrato original para alterar seu objeto, na medida em que o montante do acréscimo excede o percentual legal de majoração.
- (D) o contratado deverá aceitar a majoração, tendo em vista que o percentual de aumento está dentro do limite legalmente previsto para majoração de contrato de obras de reforma.
- (E) o contratado terá preferência para participar do novo certame que obrigatoriamente deverá ser realizado, tendo em vista a necessidade de alteração do objeto original do contrato.

Direito Civil e Processual Civil

40. NÃO se destinando a vigência temporária, a lei
- (A) terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (B) vigorará enquanto não cair em desuso.
- (C) só poderá ser revogada pela superveniência de nova ordem constitucional.
- (D) somente vigorará, até que outra lei expressamente a revogue.
- (E) não poderá ser revogada.

41. Considere as seguintes disposições legais:
- I. A validade do negócio jurídico requer forma prescrita ou não defesa em lei.
- II. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

É correto afirmar que

- (A) as duas disposições se acham em vigor.
- (B) nenhuma das disposições se acha em vigor.
- (C) apenas a primeira disposição se acha em vigor.
- (D) apenas a segunda disposição se acha em vigor.
- (E) as duas disposições apenas parcialmente se acham em vigor.

42. Em relação a Contrato, considere:
- I. É anulável o contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva.
- II. Os contratos atípicos não precisam observar as normas gerais fixadas pelo Código Civil.
- III. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
- IV. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- V. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulam a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) I, III e V.
- (E) III, IV e V.

43. São condições da ação:
- (A) capacidade postulatória, legitimidade das partes e interesse processual.
- (B) competência do juiz, inoccorrência da prescrição e não terem as partes celebrado convenção de arbitragem.
- (C) interesse de agir, inoccorrência da prescrição ou de decadência e capacidade de ser parte.
- (D) possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse processual.
- (E) possibilidade jurídica do pedido, não se achar perempta a ação e citação válida do réu.



<p>44. Deve ser alegada em preliminar da contestação</p> <p>(A) incompetência relativa. (B) incompetência absoluta. (C) a improcedência do pedido do autor. (D) somente a existência de coisa julgada material. (E) fato impeditivo do direito do autor.</p>	<p>49. O inquérito policial</p> <p>(A) poderá ser instaurado mesmo se não houver nenhuma suspeita quanto à autoria do delito. (B) não poderá ser instaurado por requisição do Ministério Público. (C) só poderá ser instaurado para apurar crimes de ação pública. (D) pode ser arquivado pelo Delegado Geral de Polícia. (E) poderá ser iniciado nos crimes de ação penal pública condicionada sem a representação do ofendido.</p>
<p>45. Quando a citação for por edital, começa a correr o prazo para a resposta</p> <p>(A) da última publicação. (B) da primeira publicação. (C) finda a dilação assinada pelo juiz. (D) da juntada aos autos de um exemplar da primeira publicação. (E) da juntada aos autos de um exemplar da última publicação.</p>	<p>50. A respeito da competência, considere:</p> <p>I. O foro competente do caso de tentativa é o do local em que o delito iria se consumir. II. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu. III. A competência será determinada pela conexão e implicará reunião dos processos, mesmo que um ou alguns deles já tenham sido julgados.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal e Processual Penal</p> <p>46. João foi parado numa estrada porque dirigia em excesso de velocidade. Ao ser abordado pelo policial, ofereceu-lhe a quantia de R\$ 100,00 para que relevasse a multa. Nisso, uma viatura policial chegou ao local e João, em vista disso, antes que o policial tivesse se manifestado a respeito da aceitação ou não da oferta, dela desistiu, dizendo-lhe para lavar a atuação. Nesse caso, João</p> <p>(A) não cometeu nenhum delito porque o fato é penalmente atípico. (B) não cometeu nenhum crime, porque houve desistência voluntária. (C) cometeu crime de corrupção passiva na forma tentada. (D) não cometeu nenhum delito porque houve arrependimento eficaz. (E) cometeu crime de corrupção ativa na forma consumada.</p>	<p>51. A decisão que julga extinta a punibilidade do acusado classifica-se como sentença</p> <p>(A) absolutória. (B) condenatória. (C) declaratória. (D) constitutiva. (E) mandamental.</p>
<p>47. Tício amarrou dois inimigos juntos num poste e os matou com um único disparo. Nesse caso, houve</p> <p>(A) crime continuado, aplicando-se a pena de um dos crimes aumentada de dois terços até o dobro. (B) crime continuado, aplicando-se as penas de um dos crimes aumentada de um sexto a dois terços. (C) concurso formal próprio, aplicando-se as penas de um dos crimes, aumentada de um sexto até a metade. (D) concurso formal impróprio e as penas aplicam-se cumulativamente. (E) concurso formal próprio, aplicando-se as penas de um dos crimes aumentada até o triplo.</p>	<p style="text-align: center;">Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais</p> <p>52. São formas de provimento de cargo público, de acordo com a Lei Federal nº 8.112/90:</p> <p>(A) Nomeação e indicação. (B) Ascensão e reversão. (C) Transferência e readaptação. (D) Reintegração e readaptação. (E) Recondução e ascensão.</p>
<p>48. No que concerne aos crimes praticados contra a Administração em geral, é correto afirmar:</p> <p>(A) O crime de resistência só se consuma se, em razão da violência ou grave ameaça, o ato legal não vier a ser executado. (B) A reintrodução no país de produtos de fabricação nacional destinados exclusivamente à exportação e de venda proibida no Brasil, constitui crime de contrabando. (C) O crime de desacato admite a forma culposa quando o agente estiver no exercício de suas funções. (D) O crime de corrupção passiva admite a forma culposa quando cometido através de interposta pessoa. (E) O funcionário público, estando fora de suas funções, não pode cometer crime de desobediência.</p>	<p>53. A um engenheiro ocupante de cargo público foi encaminhado processo administrativo para proferimento de parecer técnico. Identificou, contudo, que se tratava de processo administrativo no qual havia atuado como perito, na época contratado para tanto. Nessa situação,</p> <p>(A) deverá abster-se de atuar, comunicando o fato à autoridade superior, sob pena de cometimento de falta grave. (B) poderá atuar normalmente, devendo, contudo, manter-se fiel ao entendimento proferido quando era perito. (C) poderá atuar normalmente, na medida em que ocupante de cargo público goza de boa-fé, não importando a atuação anterior ao provimento. (D) deverá abster-se de atuar oficialmente, podendo lançar parecer meramente opinativo e não vinculatório nos autos, cabendo à autoridade superior a decisão sobre a questão. (E) poderá abster-se de atuar caso não se repute isento o suficiente para proferir parecer técnico sobre o caso.</p>



54. Iniciado o processo administrativo por provocação do interessado, este
- (A) não poderá desistir do pedido, ainda que renuncie aos direitos invocados no processo.
 - (B) não poderá desistir do pedido se houver mais interessados no processo, sob pena de influenciar a decisão.
 - (C) poderá desistir do pedido, não atingindo os direitos dos demais interessados.
 - (D) poderá desistir do pedido, não podendo a administração prosseguir com o processo por motivo de interesse público.
 - (E) poderá desistir do processo, mas não renunciar a qualquer direito, ainda que disponível.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

55. Quando do julgamento de qualquer processo verificar-se que é imprescindível decidir sobre a constitucionalidade de lei ou ato do Poder Público, concernente à matéria eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
- (A) pode declarar sua inconstitucionalidade, conforme expressa previsão no Regimento Interno, mediante observância da cláusula de reserva de plenário.
 - (B) deve abster-se do julgamento, não podendo declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do Poder Público, em função de ser competência do Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição.
 - (C) pode declarar sua inconstitucionalidade, apesar de não haver previsão expressa no Regimento Interno, por ser órgão que integra o Poder Judiciário.
 - (D) deve suspender o julgamento do feito, para submeter a questão constitucional ao Tribunal Superior Eleitoral, conforme previsto em seu Regimento Interno.
 - (E) pode declarar sua inconstitucionalidade, apenas mediante requerimento do Procurador Regional, suspendendo o julgamento, para deliberar na sessão seguinte sobre a matéria como preliminar.
56. Relativamente às reclamações dirigidas ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, prevê seu Regimento Interno que
- (A) apenas o Procurador Regional, partido político com representação na Assembleia Legislativa ou interessados em qualquer causa atinente à matéria eleitoral estão legitimados a promover reclamação.
 - (B) o Tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à preservação de sua competência, se julgar procedente a reclamação.
 - (C) o Procurador Regional acompanhará os processos respectivos em todos os seus termos e terá vista das reclamações que não houver formulado, antes do prazo para informações, para que, em cinco dias, apresente parecer ou emende a representação, se necessário.
 - (D) o Relator requisitará informações da autoridade a quem for imputada a prática do ato impugnado, que as prestará no prazo de dez dias, ordenando, se necessário, para evitar dano irreparável, a suspensão do processo ou do ato impugnado.
 - (E) a reclamação poderá ter por objeto a preservação da competência do Tribunal ou a garantia das decisões do Tribunal e dos juízes eleitorais.

57. O impedimento de juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, nos termos de seu Regimento Interno,
- (A) deverá ser declarado pelo juiz, verbalmente, na sessão de julgamento, se for relator ou revisor do feito, registrando-se em ata a declaração.
 - (B) deverá ser deduzido em petição fundamentada, dirigida ao Relator, assinada pela própria parte ou por advogado com poderes especiais, com a indicação das provas dos fatos arguidos.
 - (C) será ilegítimo, quando o excipiente o houver originado ou depois de manifestada a sua causa, praticar qualquer ato que importe na aceitação do impedido.
 - (D) deverá ser objeto de exceção oposta dentro de quarenta e oito horas após a distribuição, quando se referir ao relator ou ao revisor, ou até o início do julgamento, quando se referir aos demais juízes.
 - (E) poderá ser alegado em qualquer termo do processo, quando superveniente, dentro de até quarenta e oito horas do fato que o ocasionar.

Noções de Administração Pública

58. O exercício do poder discricionário pelo agente público, dentro dos limites da lei,
- (A) deve se pautar pelo princípio do imperativo categórico.
 - (B) decorre de determinação explícita do superior hierárquico.
 - (C) objetiva beneficiar sempre os mais necessitados.
 - (D) depende da vontade do agente público.
 - (E) se funda nos critérios de oportunidade e conveniência.
59. O poder disciplinar é a faculdade
- (A) que detém o agente público de demitir todo aquele que se opõe à execução do poder discricionário dos agentes públicos.
 - (B) que deve exercer o agente político contra todo servidor que comete ato criminoso.
 - (C) do agente público de punir faltas funcionais ou violação de deveres funcionais por outros agentes públicos.
 - (D) de um agente público orientar a ação administrativa de servidores hierarquicamente subordinados.
 - (E) que exerce todo administrador sobre os seus administrados.
60. O que diferencia uma entidade política de um órgão público é que a primeira
- (A) realiza procedimentos disciplinares sobre os agentes públicos diretamente subordinados.
 - (B) executa com exclusividade atos administrativos discricionários.
 - (C) recebe de um órgão público a titularidade de determinada competência.
 - (D) tem capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações em nome próprio.
 - (E) não tem capacidade de atuação dotada de personalidade jurídica.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO****Instruções:**

Conforme Edital deste Concurso, item 6 do **Capítulo IX. Da Prova Discursiva – Redação**, será atribuída nota ZERO, dentre outros itens, à redação que:

- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Na Prova Discursiva – Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Não é incomum, quando noticiam eleições em outros países, jornais brasileiros destacarem que, diferentemente do Brasil, esse ou aquele país não possui uma justiça eleitoral independente, com frequência tendo o Poder Executivo (federal ou municipal) como responsável pela organização dos pleitos. Para travar conhecimento com outras realidades, um confronto como esse é sempre válido. Quanto a nossa própria realidade, devemos ser mais exigentes, tomando-o apenas como ponto de partida na busca de um conhecimento mais amplo acerca da independência de nossa justiça eleitoral e de uma reflexão mais profunda sobre a importância dessa "peculiaridade" para a democracia brasileira.

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

O papel da Justiça Eleitoral no fortalecimento da democracia no Brasil

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	